



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 22-06-2015

ATA 06/2015

1 Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às treze horas, na sala Multiuso B do  
2 Ministério Público Militar, situada no Setor das Embaixadas Norte, Lote 43, Brasília-DF, em  
3 Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da  
4 União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado  
5 Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente em exercício do CNPG;  
6 Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr.  
7 Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Roberto da  
8 Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; Dra. Leda Mara Nascimento  
9 Albuquerque, representando o Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do  
10 Estado do Amazonas; Dr. Josemar Moreira, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito  
11 Santo; Dr. Francisco das Chagas Barros de Souza, representando a Dra. Regina Lúcia de Almeida  
12 Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr. Alexandre Magno Benites de  
13 Lacerda, representando o Dr. Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral de Justiça do Estado  
14 do Mato Grosso do Sul; Dr. Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do  
15 Estado de Minas Gerais; Dr. Jorge de Mendonça Rocha, representando o Dr. Marcos Antônio  
16 Ferreira das Neves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. José Raimundo de Lima,  
17 Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba; Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de  
18 Justiça do Estado do Paraná; Dra. Ana Luiza Leão Osório, representando o Dr. Leonardo Roscoe  
19 Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Fernando Barros de Lima, representando o  
20 Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de  
21 Pernambuco; Dra. Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr.  
22 Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Fabiano  
23 Dallazen, representando o Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do Estado  
24 do Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de  
25 Rondônia; Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; Dr.  
26 Marcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony  
27 Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo  
28 Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Marcelo Weitzel Rabello de  
29 Souza, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dra. Eliane Araque dos Santos, representando o Dr.  
30 Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral de Justiça do MPT; Dra. Norma Angélica Reis  
31 Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Marcelo Ferra de Carvalho, Conselheiro do Conselho  
32 Nacional do Ministério Público; Dr. Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do Conselho Nacional  
33 do Ministério Público; Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do  
34 Ministério Público; Dr. Gilberto Valente Martins, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça;  
35 Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPG. **INICIADOS OS**  
36 **TRABALHOS:** foi aprovada, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária do dia 25 de  
37 maio; em seguida o Presidente repassou informações acerca da participação do CNPG na reunião  
38 da ENGCLA – Estratégia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro; noticiou a indicação

*José Rony*  
*[Handwritten signatures and initials]*



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 22-06-2015

ATA 06/2015

1 do Dr. José Rony Silva Almeida para a vice-presidência do GNDH; avisou acerca do envio a  
2 todos os Procuradores-Gerais de minuta do termo de cooperação técnica relacionado à Defesa do  
3 Consumidor e da Ordem Econômica entre MPF e MP dos Estados para análise; repassou, por fim,  
4 informações sobre Audiência Pública para a preservação do bioma cerrado, no Estado do  
5 Tocantins. Em seguida, foi proposta a alteração das datas de reuniões ordinárias, passando-as para  
6 as terças-feiras, pela manhã, e apresentado o cronograma para o segundo semestre: 30 e 31 de  
7 julho, em Rio Branco-AC; 21 de agosto, em Goiânia-GO – posse solene; 22 de setembro, em  
8 Brasília; 06 de outubro, no Rio de Janeiro-RJ; 10 de novembro, em Brasília-DF e 15 de dezembro,  
9 em Brasília-DF, sendo o novo cronograma aprovado por unanimidade. Foram, em seguida,  
10 escolhidos os vice-presidentes para composição da nova diretoria do CNPNG, sendo eles: Dr.  
11 Humberto de Matos Brittes, vice-presidente para a Região Centro-Oeste; Dr. Sérgio Rocha  
12 Cavalcanti Jucá, vice-presidente para a Região Nordeste; Dr. Airton Pedro Marin Filho, vice-  
13 presidente para a Região Norte; Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, vice-presidente para a Região  
14 Sudeste; Dr. Sandro José Neis, vice-presidente para a Região Sul; Dr. Leonardo Roscoe Bessa,  
15 vice-presidente do MPU. Indicados, ainda, Dr. Márcio Elias e Dr. Airton Marin Filho para a  
16 presidência e vice-presidência do GAP, respectivamente. Deliberado, ainda, que o presidente do  
17 GNDH será, de imediato, o representante do CNPNG junto ao Comitê Nacional de Prevenção e  
18 Combate à Tortura (CNPCT), podendo o grupo indicar outro nome a ser submetido ao plenário do  
19 CNPNG. O Presidente expôs, em seguida, acerca da necessidade de busca de fontes alternativas de  
20 recursos para os Ministérios Públicos, tendo o Dr. Airton Marin Filho sugerido fazer um  
21 levantamento sobre a questão junto a todas as unidades do MP, com vistas a traçar um painel  
22 nacional, colocando-se à disposição para a tarefa. Ficou deliberado que o Dr. Airton Marin Filho  
23 encaminharia texto para ofício a ser repassado a todos os MPs por intermédio da Secretaria-  
24 Executiva do CNPNG. Seguiu-se fala do Conselheiro do CNMP, Antônio Pereira Duarte, que  
25 concitou a todos para a comemoração dos 10 anos do CNMP e lançamento do Projeto João  
26 Cidadão; agradeceu, também, o apoio do chefe do MP mineiro ao grupo de trabalho do CNMP no  
27 sistema prisional; ainda, solicitou envio de sugestões para regulamentação de concursos públicos  
28 no âmbito dos MPs, matéria objeto de procedimento no CNMP, informando que consultas serão  
29 feitas aos MPs e às associações. Passando para o item seguinte da pauta, acerca de audiência de  
30 custódia, o Presidente expôs acerca da existência de ADPC de autoria do PSOL; o Dr. Fabiano  
31 Dallazen narrou a situação atual no Rio Grande do Sul, informando existência naquele Estado de  
32 projeto do CNJ semelhante, em seus termos, ao já instituído no Estado de São Paulo; a Dra.  
33 Norma Cavalcanti informou de acordo do Presidente do STF e todos os Presidentes de TJs para  
34 instituição das audiências de custódia em todas as capitais, a partir de julho. Concitou a  
35 representante da CONAMP à emissão de nota do CNPNG acerca da PEC da maioria, reportando  
36 aos presentes o trabalho já feito pela CONAMP junto aos parlamentares. Seguiu-se exposição do  
37 Dr. Márcio Elias acerca da experiência no Estado de São Paulo com a audiência de custódia,  
38 narrando preocupação inclusive com os aspectos processuais, pelo não reconhecimento do



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 22-06-2015

ATA 06/2015

1 protagonismo do MP na ação penal. Ainda sobre a audiência de custódia, Dr. Gilberto Giacóia  
2 exortou para o cuidado que se deve ter na exposição do posicionamento do colegiado frente a uma  
3 demanda que é de direitos humanos. Quanto à PEC da maioria, opinou o chefe do MP  
4 catarinense pela emissão de posicionamento contrário. Continuando a discussão sobre o tema, Dr.  
5 Marcelo Weitzel Souza pontuou os entraves e problemas concernentes à gestão do sistema para  
6 instituição das audiências de custódia e o Dr. José Raimundo ressaltou a intenção de reduzir o  
7 papel do MP e a necessidade de trabalho conjunto para que isso não venha a ocorrer. Em  
8 continuação ao tema, Dr. Gilberto Martins fez breve exposição sobre o encaminhamento da  
9 questão no CNJ e defendeu posicionamento favorável à instituição da audiência de custódia, por  
10 ser direito fundamental, e buscar sua normatização em caráter geral, e não segmentada por  
11 Estados, ou seja, tornar a audiência de custódia viável em todo o território nacional; sugeriu que  
12 fosse deliberado pelo CNPG pleito de regulamentação da audiência de custódia, em caráter geral,  
13 ao Presidente do STF/CNJ. O Dr. Osvaldo Lima Neto sugeriu que o encaminhamento fosse pela  
14 regulamentação por ato conjunto do CNJ e CNMP. Em seguida, foi deliberado pelo plenário do  
15 CNPG, por unanimidade, que as chefias dos MPs somente assinarão termos de cooperação para  
16 instituição de audiências de custódia após a regulamentação da matéria, em caráter geral. Foi  
17 deliberado, ainda, pelo oficiamento ao Presidente do CNJ, Ministro Ricardo Lewandowski,  
18 expondo o posicionamento do colegiado, assim como ao CNMP, para atuação conjunta. Dando  
19 seguimento à pauta, o Conselheiro do CNMP, Cláudio Portela, expôs iniciativa de realização de  
20 encontro, no mês de agosto, denominado Encontro do Conselho Nacional do Ministério Público e  
21 Ministério Público Brasileiro – repensando o MP como agente de transformação social - e  
22 informou que será encaminhado o projeto para a presidência do CNPG, visando repasse a cada  
23 unidade ministerial para conhecimento e participação. Passou-se, em seguida, a pedido do Dr.  
24 Marfan Martins Vieira, a questão extra pauta, relativa à apresentação de voto proferido pelo TRF-  
25 2ª Região, que reconheceu não possuir integrante do Ministério Público Federal atribuição para  
26 investigar atos praticados por membro do Ministério Público Estadual. Retornando à pauta, o  
27 Conselheiro do CNMP, Dr. Fábio George, explanou acerca do atual panorama quanto à  
28 implantação das audiências de custódia, enfatizando conclusões de seu voto, proferido em  
29 procedimento em curso no CNMP com vistas à emissão de nota técnica sobre o assunto, voto este  
30 ainda não apreciado pelo plenário do colegiado. Em seguida, o Presidente do CNPG sugeriu que  
31 os quatro pontos mais sensíveis relativos à audiência de custódia, levantados pelo Conselheiro  
32 Fábio George, quais sejam, (1) prazo de 24 horas para apresentação do preso; (2) *vacatio legis*;  
33 (3) uso de videoconferência; e (4) validade jurídica do ato fossem também encampados pelo  
34 CNPG e mencionados no ofício a ser encaminhado ao Presidente do CNJ, tendo o plenário  
35 deliberado favoravelmente, à unanimidade. Seguiu-se deliberação de também encaminhar aos  
36 parlamentares nota técnica do GNDH sobre a maioria penal. Prosseguiu-se a reunião com  
37 apresentação do Conselheiro Fábio George sobre dados relativos à corrupção no Brasil e  
38 estratégias de combate. Nesse contexto, falou da criação do Fórum Nacional de Combate à



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 22-06-2015

ATA 06/2015

- 1 Corrupção, no âmbito do CNMP, e desenvolvimento, no segundo semestre de 2015, de Projeto
- 2 Nacional de Transparência para os Poderes Executivo e Legislativo. Além disso, o Conselheiro
- 3 abordou as ações adotadas no âmbito da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
- 4 (ENASP), metas e temas prioritários. Por fim, eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-
- 5 Executiva do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho
- 6 Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União
- 7 presentes.

Handwritten signatures of the council members and the secretary. The signatures are in black ink and vary in style, some being more legible than others. The names are written in cursive or semi-cursive script.